

maneu a acusação de demagogia a esta prática do Governo anterior. Se ele não tiver a acusação, talvez seremos obrigados a negar este pedido, porque, então, o Banco não estará a serviço realmente das autênticas aspirações dos meios produtores paulistas.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Muito obrigado, nobre deputado.

V. Exa. acompanhou, palavra por palavra, a fala do Sr. Secretário da Agricultura, que está sustentando a nossa permanência na tribuna hoje.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Comunico ao nobre orador que restam três minutos para esgotar o seu tempo regimental.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Obrigado a V. Exa.

O Sr. Jayme Daige — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado, entendo que na primeira discussão dever-se-ia apenas examinar os aspectos constitucionais e legais do projeto. Mas V. Exa., com o brilho que o caracteriza...

O SR. FARABULINI JUNIOR — Obrigado.

O Sr. Jayme Daige — ...analisa-o em todos os seus ângulos. V. Exa. cinge-se em criticar, mais detidamente, o aspecto do amparo à agricultura.

O SR. FARABULINI JUNIOR — E à pequena indústria!

O Sr. Jayme Daige — Naturalmente V. Exa. será mais bem esclarecido quando aqui comparecer o presidente do Banco do Estado. É de meu dever, neste instante, dizer por que fui um dos signatários da emenda do nobre deputado Blota Júnior. É que, quando o meu município encampou os serviços telefônicos e necessitava de recursos, comparecemos ao Banco do Estado e fizemos uma solicitação de empréstimo da ordem de 25 milhões de cruzeiros. Aquela época era presidente do Banco do Estado o dr. Pereira Lima, se não me falha a memória. Decorrido algum tempo, e considerando que o serviço necessitava ainda de recursos, voltamos ao Banco do Estado já sob a direção deste novo Governo, e obtivemos, uma vez mais, um empréstimo de 25 milhões, totalizando 50 milhões de cruzeiros. Então, quanto a esse aspecto, do atendimento aos serviços de ordem social, pelo menos o meu município, a minha administração quando precisou se socorrer do Banco do Estado encontrou-o com as portas abertas, possibilitando-nos executar um serviço de relevante importância para todo o município que tenho a honra de representar nesta Assembleia.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Agradeço a V. Exa.

O Sr. Scalamarandé Sobrinho — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador) — Nobre deputado, não morro de amores pelo Sr. Presidente da República, apesar de ser seu amigo pessoal. Reputo o governo atual um dos mais calamitosos até, desde que a república se instalou em nosso país. Mas o que é justo deve ser dito. O nobre deputado Wilson Lapa citou o processo espoliativo do I.B.C. com relação ao financiamento de café, e que as medidas do Governo Federal em relação a esses financiamentos redundou em benefício dos atravessadores. Esses é que obtiveram a parte do leão no negócio. No que diz respeito ao financiamento à agricultura, em São Paulo, este ano, o nobre deputado Wilson Lapa não foi muito justo, porque o Banco do Brasil tem feito financiamentos. É verdade que com muita burocracia, com muita dificuldade, mas tem feito vários financiamentos. Pelo menos no Município de Araraquara sei que a lavoura tem sido amparada pelo Banco do Brasil. O que acontece, nobre deputado Wilson Lapa, é que o Banco do Estado não fez empréstimo nenhum, este ano, para lavradores, o que constitui uma calamidade. E com respeito, ainda, ao Presidente da República, caberia à Ilustre bancada do Partido Trabalhista Brasileiro nesta Casa esclarecer os fatos apontados pelo nobre deputado Wilson Lapa. Mas infelizmente ninguém assina à tribuna para dar as explicações que esta Casa merece. Entretanto, o Sr. Presidente da República, há cerca de três meses, baixou um decreto que foi muito benéfico para toda a lavoura do Brasil, não só de São Paulo. S. Exa. baixou um decreto tornando obrigatória a aplicação de 20% dos investimentos dos Bancos em empréstimos à pequena lavoura e à pequena pecuária.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Agradeço a V. Exa.

Não sei se os bancos, quer os oficiais quer os particulares, estão pondo em execução o decreto do Presidente da República. Mas, pelo que vimos, o Banco do Estado não está pondo em execução o decreto, porque não está fazendo empréstimos aos agricultores. Quer isto dizer que o Governo da República prestou um serviço, não digo que seja perfeito, mas fez alguma coisa em benefício da lavoura de todo o país. De maneira que neste instante ocupo a tribuna para repetir aquilo que já disse, isto é, que não morro de amores pelo Sr. Presidente da República. Julgo que é o governo mais calamitoso deste país desde que instalada a República. Mas, o que ele fez de bom deve ser dito desta tribuna.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Vou encerrar, Sr. Presidente.

O Sr. Castro Prado — V. Exa. me permite um aparte? (Assentimento do orador). Quero dar o meu depoimento. Esteve presente a reunião com o Sr. Presidente do Banco do Estado, Dr. Décio Farias Novais, e S. Exa., assistido pelo nobre colega Angelo Zanini, afirmou, realmente, a nós outros, deputados, que não iria extinguir o empréstimo de 4% alegando que a taxa de 4% era demagógica e que dava prejuízo, e, ainda, que iria apenas elevá-la para 7%, se não me falha a memória. Entretanto, nobre deputado Farabulini Junior, o nobre

deputado Wilson Lapa deu um aparte há pouco para fazer uma defesa até inspirada desse governo e não vejo nenhuma razão para ser inspirada no Sr. Governador, que foi à praça pública e pregou, realmente, que a sua meta é o homem, mas, o homem já ficou muito batido, ficou apenas um "flogum". Assistência específica, mesmo, à lavoura, não há. A verdade é que o governo gostaria de tirar o empréstimo à agricultura e não fazer como fazem os países mais adiantados, como nos Estados Unidos, em que a taxa é de 2 ou 3%. Mas, na verdade, não vem fazendo nada e não vem atendendo aos reclamos de uma agricultura que vem sendo espoliada pelo fisco cambial que vem sendo espoliada pelas pragas, pelas secas, pelas chuvas de pedra. Quero deixar bem patente a esta Casa que este ano que se avizinha é um ano de perspectivas sombrias para as colheitas no interior do Estado de São Paulo, principalmente na zona da Alta Mogiana, onde muito e também tenho propriedades. Assim, nobre deputado Farabulini Junior, sei que o aumento do Banco do Estado virá, porque a maioria nesta Casa é esmagadora e, por outro lado, me convenço de que o aumento é necessário. Agora, justificar a alta da taxa de juros para o empréstimo à agricultura, não tem cabimento. E o Sr. Governador não emprega a sua palavra, empenhada em praça pública, de atender aos lavradores de São Paulo.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Obrigado a V. Exa., nobre deputado Castro Prado.

V. Exa. que é legítimo representante da lavoura na Assembleia Legislativa do Estado, afirmou, com muita propriedade, aquilo que deveria ser o fundamental para o Banco do Estado de São Paulo.

O SR. FARABULINI JUNIOR — Obrigado a V. Exa., nobre deputado Castro Prado.

V. Exa. que é legítimo representante da lavoura na Assembleia Legislativa do Estado, afirmou, com muita propriedade, aquilo que deveria ser o fundamental para o Banco do Estado de São Paulo.

Concluo, ilustres Srs. Deputados, dizendo que a minoria parlamentar decidiu pela aprovação do projeto, em primeira discussão, tendo em vista a ponderação do ilustre deputado Hilário Torloni, que se comprometeu a trazer a esta Assembleia o Presidente do Banco do Estado, para que, na Comissão de Finanças, estabeleça, nos debates, uma arguição alta, para o esclarecimento deste problema.

Por outro lado, não posso, eu e os nobres deputados Castro Prado, Scalamarandé Sobrinho, Nadir Kenan, Orlando Jurca, Fernando Mauro, Olavo Hournaux de Moura, não podemos nós que sustentamos a tese até nacionalista da estatização dos meios de produção e de financiamento, enquanto se solicita aumento para o capital de um Banco do Estado de São Paulo, negar o aumento de capital e assim permitir que empresas privadas e banqueiros possam alcançar uma melhor medida na área da economia do Estado e da nação. Muito ao contrário, nós entendemos poder dar ao Banco do Estado maiores alíquotas para que se desenvolva mais na área da economia brasileira, mas estabelecendo uma preliminar, a de que a sua ação social — digamos assim — se concretize, como estabeleceu bem da tribuna o nobre deputado Israel Dias Novais, da minoria parlamentar, já que é Banco do Estado não atinge os fins sociais para os quais foi instituído. E nós entendemos que o fim social, o melhor, será o de defender a lavoura por preço baixo, como era o escopo do antigo Governo.

Quanto à pequena indústria, da mesma maneira, deverá dar-lhe condições de vitalidade para que ela possa sobreviver neste país, já que a pequena indústria e a lavoura não contam mesmo, nas empresas privadas na área dos bancos com a assistência de que carecem.

Os deputados da minoria não podem negar este aumento por estas razões.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra para discutir, o nobre deputado Orlando Jurca.

O SR. ORLANDO JURCA (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, de fato nada há a arguir, no que diz respeito à constitucionalidade, contra esta matéria, mesmo porque a Comissão competente já se manifestou favoravelmente ao assunto.

Entretanto, Sr. Presidente, dizendo que em tese sou inteiramente favorável à aprovação de projetos desta ordem, devo salientar, como fez aqui o nobre deputado Farabulini Junior, que a oposição, a minoria nesta Casa, diante de uma situação em flagrante, em grande e esmagadora maioria, não deve furtar-se, não deve perder oportunidade para discorrer sobre qualquer matéria que enseje crítica a S. Exa. o Sr. Governador do Estado naquilo que apresenta aspectos negativos perante a opinião pública.

No meu aparte relativamente àquele empréstimo maluco e maldadado feito a S. Exa. o Padre Baleeiro de Jesus e Silva, pelo que informo o nobre deputado Scalamarandé Sobrinho, eu de fato fui veemente. Fiz um paralelo entre estas mazelas da administração e aquilo que representa o negativismo de uma mesma administração, que dá a quem não precisa para comprar palacetes e nega, a quem precisa, o crédito. Entretanto, com desprazer para mim, ouvi o aparte do ilustre líder da maioria nesta Casa, o ilustre deputado, que prima pelo cavalheirismo, Hilário Torloni, com toda aquela sua autoridade e conhecimento de causa, ironizando o meu aparte, disse que o que eu apresentava era política suburbana. Respondendo a S. Exa. o seguinte: se S. Exa. fizer uma enquete perante a opinião pública, se consultasse cidadãos por cidadãos nesta cidade de São Paulo, veria que a razão está comigo e que a razão não está com aquele que empresta dinheiro do Banco do Estado para o Padre Baleeiro comprar palacete no Pacaembu. De modo que políticos rasteiros e políticos suburbanos são aqueles que, nesta Casa, como verdadeiros cristãos novos do situacionismo, no afã de servir o gover-

no, querem defender, inclusive, práticas imorais do situacionismo. É isso que recomendo nesta Casa. De modo que repito a afirmativa do ilustre líder da maioria, quando disse que eu fazia política suburbana. Política suburbana, realmente, faz S. Exa. quando aqui vem fazer críticas, como um cristão novo do situacionismo, porque ainda ontem estava na trincheira da oposição do lado de lá, e recombinava aquilo que considerava irregularidade na aplicação de dinheiros públicos pela administração. De modo que, Sr. Presidente, repito, devolvo essas investidas ao nobre deputado Hilário Torloni. S. Exa. e os seus liderados que fazem bom proveito dela. Política suburbana fez o líder da maioria nesta Casa, pois quer transformar a maioria num verdadeiro rôlo compressor, como se fez em épocas anteriores, para apriar, sem discutir, atendendo, apenas, à vontade do governador.

A questão do crédito no Brasil. Nobre deputado Paulo de Castro Prado, V. Exa., que é homem da lavoura, me dizia há pouco que o Banco do Estado cobrava juros de 4% e passou imediatamente a cobrar 1% o que vem tornar mais aflitiva a situação do lavrador que está sofrendo, como disse o nobre deputado Scalamarandé Sobrinho, com a falta de chuvas, com a lagarta, que destrói todas as lavouras, os arrozais, os milharais. Ademais, nobre deputado, o pequeno lavrador não conta com o engenheiro agrônomo para assisti-lo. Engenheiros agrônomos existem, sim, evidentemente, mas a maioria — há as raras exceções — trata do seu interesse particular, transformam-se em vendedores de adubos, têm os seus negócios, só se preocupam em atender os grandes fazendeiros.

E a questão do DEMA, no que diz respeito ao fornecimento de máquinas aos agricultores? Sabe o nobre líder da maioria, no seu afã de defender o governo, quanto o pequeno agricultor paga para mandar arar um alqueire de terra? S. Exa. não sabe, tenho certeza, nunca ouvir dizer, nunca se interessou por isso.

A preocupação de S. Exa. é defender os Balceiros, os Adhemares nesta Casa. E nós outros é que fazemos política suburbana!... Política suburbana faz S. Exa., não nós. Enquanto tudo isso se passa, o DEMA, que deveria ter tratores para oferecer ao pequeno lavrador, o DEMA não funciona. E quando o pequeno lavrador pede uma máquina ao DEMA, ela está eternamente quebrada, não existe. Existe para o grande fazendeiro, para o grande proprietário de terra. E assim, infelizmente, a política de crédito no Brasil. E o gerente de banco? Os bancos particulares são uma calamidade, um absurdo. Tanto é que o governo federal incluiu no seu programa de reformas também a reforma bancária. Os Srs. deputados, naturalmente, conhecem gerentes de bancos. Conheço gerentes de bancos que chegaram há 5 anos à minha cidade com uma mão adiante e outra atrás. Hoje são homens que têm mais dinheiro do que todos. São homens que podem perder 30, 40, 50 milhões numa falência. Isso é que é verdadeiro escândalo, nobre líder da maioria. É um verdadeiro crime que se pratica nesta república. Eu, como não tenho papagaios em banco, como não preciso de gerentes de bancos, não preciso do Banco do Estado, não preciso do Sr. Adhemar de Barros, digo isto com independência e duvido que muitos deputados do situacionismo possam fazer esta mesma afirmação com a mesma independência, com a mesma coragem com que o estou dizendo desta tribuna. E a questão dos empréstimos, por exemplo, para a construção da Casa própria? Percorram as cidades do interior e verifiquem que muitas casas com piscinas de água quente e fria, com jardins parecendo os jardins de Babilônia, foram construídas com dinheiro da Caixa Econômica do Estado, da Caixa Econômica Federal e de outras repartições de crédito do governo. Entretanto, para o pobre, para o trabalhador, para o lavrador, para o pequeno, para aquele que vive eternamente às voltas com o aluguel de casa, para estes nunca tais estabelecimentos tem dinheiro para emprestar, para que construam sua casa própria.

De vez em quando vemos por aí verdadeiras chantagens que as autarquias fazem em vésperas de eleição.

O Sr. Scalamarandé Sobrinho — Em-
prestando para jornais.

O SR. ORLANDO JURCA — Já não
vou a tanto. De modo que, ilustre depu-
tado líder da maioria — e naturalmente tra-
to agora de outro assunto — eu também
seria um estúpido, um imbecil, se estives-
se nesta tribuna contrariando este projeto
de lei que objetiva aumentar o capital de
um banco paulista, aumentar o capital de
um banco nacional. Mas tudo que diz a res-
peito a dinheiro, tudo que representa di-
nheiro nesta Assembleia, dinheiro pedido
pelo Sr. Adhemar de Barros, todo assunto
que cheira a dinheiro, quando o Sr. Adhe-
mar de Barros é interessado no mesmo é
preciso, Sr. Presidente e Srs. deputados,
que a oposição nesta Casa, pelo menos, diga
qualquer coisa, diga que está de acôr-
do mas em termos.

O Sr. Paulo de Castro Prado — V. Exa.
permite um aparte? (Assentimento do ora-
dor.) — Nobre deputado, ouço com aten-
ção a sua veemente oração e quero lembrar
a esta Casa uma posição já conhecida de
todos os Srs. deputados, inclusive taxada
por um dos líderes do P. S. P. de reacioná-
ria. Bendito reacionarismo!... A verda-
de é que precisamos, realmente, quando se
trata de dar dinheiro a um governo como
o do Sr. Adhemar de Barros, que vem dos
vícios de 1939, nobre deputado Blota Jú-
nior, que vem da Interventoria de São
Paulo, que vem da caixa-linha da governança,
que vem do Padre Baleeiro, que vem de
uma série de desmandos, é preciso que esta
Casa, não a minoria, mas a maioria des-

Srs. deputados votam com o Sr. Governador,
se quiserem, mas votem certos de que o
dinheiro do povo está sendo dilapidado.
Respeito o nobre deputado Hilário Torloni,
da maioria hoje e da minoria até ontem,
mas até o ponto em que o povo não seja
desrespeitado, porque enquanto o povo for
desrespeitado — V. Exa. me perdoe, não é
pretensão — ele me encontrará nesta Casa
para dizer, em nome de São Paulo: não
se pode dar dinheiro a esse governo sem
que se saiba, de antemão, qual vai ser o
seu destino, porque sabemos que dilapida
uma grande parcela em favor de seus ami-
gos, em favor de negociatas. É uma verda-
dade reconhecida pela maioria desta Casa
— já me confessaram isso à boca pequena
nesta Casa — mas votam subversivamente.
Essa é a realidade. Que alguns homens
integrados sistematicamente ao P. S. P.
assim procedem, ainda perdão. Mas aque-
les que vêm aqui para aprovar simples-
mente ou para apresentar emenda que
amanhã possa desrespeitar o povo, não per-
dão. Este é o meu pronunciamento, desde
já, contra o famigerado IVC que já está
nos bastidores desta Casa.

O SR. ORLANDO JURCA — Muito
obrigado a V. Exa., nobre deputado Paulo
de Castro Prado, pelo aparte que incluí à
minha oração. Devoto todo o respeito aos
ilustres integrantes da maioria desta Casa,
mormente àqueles Srs. deputados, àque-
las figuras generosas da bancada do P. S. P.
So faço restrições àqueles ironias des-
cabidas que fez aqui o nobre deputado Hilá-
rio Torloni. Devo dizer que a boa-vontade
de todos nesta Casa, é de acertar
sempre. Também reconheço que o Banco
do Estado, mormente depois que foi reabi-
litado pelo Sr. Jânio Quadros — é bom
que se frise — tem feito alguma coisa pe-
los que produzem, pelos lavradores, mas
o que tem feito é muito pouco.

Deveria socorrer a pequena indústria e
também a lavoura, não só ao proprietário
da terra, como o camarada, o arrendatário,
aquele que trabalha a terra.

O Sr. Olavo Hournaux de Moura —
(Com assentimento do orador) — Nobre
deputado, é apenas para pedir a V. Exa. que
acrescente nessa sua afirmativa, sobre o go-
verno do Sr. Jânio Quadros, a figura ex-
ponencial do atual Ministro da Fazenda,
aquela época, seu Secretário da Fazenda.
Foi S. Exa., realmente, que disciplinou as
nossas finanças e deu essas características
tódas de segurança absoluta.

Evidentemente, quando falei governo
Jânio Quadros, estava incluído o seu Ec-
retário da Fazenda. Concedo o aparte ao
nobre deputado Arruda Castanho.

O Sr. Arruda Castanho — Nobre depu-
tado Orlando Jurca, os Srs. deputados vão
à tribuna e fazem críticas candentes ao
P.S.P., e mais ainda, aos partidos que são
satélites do P.S.P. Tenha certeza V. Exa.
de que, apesar do protesto da minoria, essa
lei vai passar. Se vier aqui o IVC (Imposto
de vendas e consignações), essa famosa
IVC, que virá por intermédio de algum ele-
mento que não seja do P.S.P., mas que seja
satélite, não tenha dúvida de que a minoria
ficará clamando no deserto. V. Exa. vê
uma coisa frásante: vai o deputado e crítica
o P.T.B., critica o Presidente da Repú-
blica, o Sr. João Belchior Marques Goulart,
e onde estão os homens do P.T.B.? Estão
— agora com o meu chamamento talvez
apareçam — mas eles estão acorrentados ao
P.S.P. Enquanto o Sr. João Goulart com-
bate o Sr. Adhemar de Barros, eles usam
a técnica da barca da Cantareira, e atra-
cam dos dois lados, com algumas exceções.
Parece-me que o nobre deputado, que o sor-
ridente deputado Paulo Nakandakare está
em Brasília, porque se viu em perigo o ho-
mem que ri. Queira chorar ou não, é o
homem que ri, é o personagem de Victor
Hugo. Está em Brasília, para ver a posi-
ção que deve tomar junto ao Sr. Adhemar
de Barros. V. Exa. vê que a posição do
P.S.P. está marcada. O líder do P.S.P., o
simpatético e valente deputado Blota Júnior,
cumpre dolorosamente a sua missão de Ci-
rincu, carrega a sua cruz com classe, para
ajudar o Sr. Adhemar de Barros. O Sr.
Hilário Torloni não fica mais aqui. O in-
trépido oposicionista de ontem hoje fica nos
cantos e nos recantos, oculto; hoje ele fica
difícil de ser palpável, e não tem mais aque-
le vigor que tinha. E, se V. Exa. se recordar
— infelizmente para nós V. Exa. não era
deputado naquela época, estava em Ribeirão
Prêto, na sua cidade, mas se fosse deputado
deveria lembrar-se do que dizia o líder do
P.S.P., quando apareciam leis como esta, e
o governo não era o Sr. Adhemar de Bar-
ros, era Carvalho Pinto ou Jânio Quadros.
Ele ficava aqui a criticar, a usar aquelas ex-
pressões que aprendemos com ele e repeti-
mos hoje: Que maioria inconsciente é essa,
Sr. Presidente, que vota as leis mandadas
pelo Executivo? Que maioria, Sr. Presidente,
que rôlo compressor, que vota as leis man-
dadas pelo Executivo? (Isso pode ficar en-
tre aspas, porque são palavras repetidas,
como um gramofone estragado, de manhã à
noite, nessa tribuna, pelo então intrépido
oposicionista Hilário Torloni, hoje, atrás dos
cortinados, hoje, lidando com os cordéis;
hoje, mandando que o deputado de tal parti-
do, de tal agremiação, ou de tal conglome-
rado — há partidos que são conglomerados,
não têm ideologia, não seguem sequer o es-
tatuto partidário — vote desta ou daquela
maneira.) Respeito o P.S.P. Respeito os
seus homens, esses cireneus que carregam
essa cruz, que foi mais pesada no passado,
quando estavam, aí, a atacar o Sr. Jânio
Quadros, e o Sr. Adhemar de Barros pas-
seava na Bolívia, com a metralhadora do
Gen. Aldéio. Eles estavam aqui, defenden-
do o Sr. Adhemar de Barros; continuaram
defendendo S. Exa. Deputado Orlando Jur-
ca, alguns deputados sofrem de amnésia, de
osmose, ou melhor, de metamorfose, e vi-
ram governo. Conheço deputados de parti-